

Regulamentação da Lei 11.284 de 2 de março de 2006

Minuta de Decreto Versão 3.0 – 06/11/2006

Principais alterações e pontos de debate da versão pós-consulta pública

CAPITULO II. Cadastro Nacional de Florestas Públicas

Art. 2º. Referência do que será incluído no cadastro fazendo referencia ao Cadastro Nacional.

Art. 3º. Definição de **estágios** do cadastro em vez de fases.

Art. 5º. Houve posicionamentos diferentes sobre a inclusão de áreas não florestadas. Opção de texto mantém a decisão para o titular da área para incluir áreas com menos de 50% de cobertura florestal. O Artigo foi revisto incluindo o parágrafo 3º com indicando quando poderia ser incluídas áreas degradadas com menos de 50% de cobertura florestal.

Art. 6º Lista de conteúdo do Cadastro Nacional de Florestas Públicas foi ampliado com sugetões da consulta pública.

Art. 7º. Inclui a previsão de **regulamentação para os mecanismo de revisão dos polígonos** para adaptá-los a alterações técnicas, de titularidade ou necessárias quando da definição dos lotes de concessão.

Art. 8º parágrafo único dividido em dois para dar clareza.

CAPITULO III - Destinação Às Comunidades Locais

Art. 11. Acrescentada a referência da definição de comunidade local da lei 11.284. E o parágrafo único indica que o Serviço Florestal irá colaborar com os órgãos responsáveis a destinação comunitária para definir as áreas prioritárias para implementação da gestão de florestas públicas.

Art. 12. A definição das condições para permitir a conversão de floresta nativa por espécies cultiváveis foram ajustadas fazendo referência instrumento de planejamento da modalidade de gestão comunitária e o limite de 10% da área total individual ou coletiva (era 5% na versão anterior).

CAPÍTULO IV - Do Plano Anual De Outorga Florestal

Art. 14. Definição do estágio em que a floresta tem que estar para ser incluída do Plano Anual de Outorga.

Sobre este tema ficou o seguinte:

- Inclusão no PAOF – Identificada (art. 14)
- Inclusão do Edital de Licitação – Delimitada (art. 22)
- Início das operações de manejo – Demarcada (art. 23)

Art. 15. Alteração do conteúdo do PAOF acrescentando itens sugeridos na consulta pública.

CAPÍTULO V - Do Licenciamento Ambiental

Art. 20. O Caput do Art. Foi simplificado e indica que o Termo de Referência do RAP será elaborado em conjunto pelo órgão gestor e órgão ambiental e lista o conteúdo mínimo que teve ajustes de textos e inclusões de novos temas sugeridos na consulta.

Foram definidos dois parágrafos. O primeiro definindo que o RAP é elaborado sob responsabilidade do órgão gestor e o segundo explicitando que o licenciamento ambiental prévio e a aprovação do Plano de Manejo são atribuições do Órgão Ambiental.

Art. 21. Detalha que infraestrutura não inerentes ao PMFS deve ter processo de licenciamento específico.

CAPÍTULO VI - Da Licitação

Art. 22. Para entrar no Edital de Licitação as florestas tem que estar delimitadas.

Art. 23. Foi criado parágrafo que explicita que as unidades de manejo devem estar demarcadas antes do início das operações florestais.

Art. 26. Acrescido prazo para divulgação/convocação das audiências públicas – 15 dias. Também foi acrescentado no parágrafo primeiro, entre os objetivos da audiência pública, a discussão sobre a distribuição e forma das unidades de manejo. No parágrafo 2º foi acrescentado que as audiências públicas serão divulgadas pelo meio de comunicação de maior acesso ao público da região.

Art. 28. Foi acrescentado parágrafo que especifica o entendimento dos critérios de seleção das melhores ofertas (menor impacto ambiental, maior eficiência e maior agregação de valor da região).

Art. 29. Houve questionamentos sobre a aplicação da restrição prevista no inciso II do parágrafo 6º que diz: “o peso do critério técnica seja maior ou igual ao peso do critério preço”. Houve uma sugestão de aumentar ainda mais a restrição tirando a expressão “ou igual” e, por outro lado, algumas intervenções de que esta restrição seria prejudicial a obtenção dos melhores resultados das concessões. Texto foi mantido, mas precisa ser debatido.

Art. 32. O caput do artigo foi alterado para esclarecer e incorporar um dos parágrafos explicitando como será calculado os custos do edital a ser pago pelos vencedores da licitação. Os parágrafos também foram alterados para dar mais clareza ao artigo.

Art. 33. O parágrafo sofreu uma simplificação grande. Os incisos foram substituídos pela descrição dos aspectos que precisam ser considerados para definição dos preços: unidades de medida, critérios de agrupamento e metodologia de medição e quantificação. A descrição com detalhes foi bastante criticada na consulta pois abava tendo caracter de exemplo em vez de esclarecer.

Art. 36. Acrescido um artigo com penalidade para não cumprimento dos pagamentos conforme contrato.

CAPÍTULO VII - Do Contrato De Concessão Florestal

Art. 40. Foram acrescentados mais dois itens na lista de atividades inerentes ou subsidiárias do manejo. O parágrafo que falava de atividades de planejamento foi excluído.

Art. 41. texto do caput foi reescrito para dar mais clareza sem alteração do conteúdo.

Art. 45. Foi especificado e melhorado o texto dos parágrafos que falavam sobre a inclusão da gestão e resolução de conflitos sociais no contrato (parágrafos 2 e 3)

CAPÍTULO VIII - Do Monitoramento E Auditoria Da Gestão Das Florestas Públicas

Art. 46. Os temas de monitoramento da gestão de florestas públicas foram reorganizados e adaptados capturando propostas das consultas públicas.

Art. 47. O artigo foi simplificado explicitando que o Serviço Florestal Brasileiro vai articular com os demais órgãos para proceder ao monitoramento dos itens descritos no Art. 45. Foi transferido para este artigo o parágrafo que fala que os itens do monitoramento devem estar incluídos no Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas.

* * *